



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0008050-59.2006.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Outros Feitos Não Especificados - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Neide Campaneri Romano**
 Requerido: **Cosesp Companhia de Seguros do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

NEIDE CAMPANERI ROMANO, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Outros Feitos Não Especificados em face de Cosesp Companhia de Seguros do Estado de São Paulo, também qualificada, na qual a ré se viu condenada a pagar à autora a importância de R\$ 160.993,75, decisão que, transitada em julgado, foi liquidada pela credora em R\$ 522.615,75, conta da qual a ré/devedora foi intimada para pagamento na forma do art. 475-J, do Código de Processo Civil.

, também qualificado, alegando excesso de execução na medida em que o valor correto da dívida atualizada nos termos do título judicial seria de R\$ 495.430,95, atento a que a credora estaria se utilizando de percentual de 87% de juros de mora quando o correto seria de 85%, aduzindo que em relação à obrigação de pagar os honorários advocatícios os juros de mora devam correr a partir da publicação da sentença em 21 de fevereiro de 2014.

A credora/impugnada respondeu sustentando que sua conta se acha elaborada conforme a sentença e a Lei nº 11.232/2005, reclamando a rejeição da impugnação.

É o relatório.

Decido.

O título judicial determinou que os juros de mora fossem contados da citação (*vide fls. 399*), a qual se concretizou em 08 de agosto de 2006 (*vide fls. 196*), de modo que a conta da credora, ao tomar por termo de contagem desses juros o mês de julho de 2006, conforme explicitado na conta de fls. 480, coincidente com a data da entrega do mandado postal e não de sua juntada aos autos, está mesmo equivocada, com o devido respeito.

Elaborada que foi a conta em outubro de 2013, temos que os juros de mora devem incidir pelo período de sete (07) anos e dois (02) meses, ou 86 meses.

Portanto, na medida em que a ré/devedora pretende esses juros por 85 meses, nem a credora nem a devedora têm razão.

Quanto aos honorários advocatícios, esses são calculados por percentual aplicado sobre o valor “da condenação, atualizado” (sic. – *fls. 399*).

Assim, se a sentença manda aplicar correção monetária pelo índice do INPC, a contar de dezembro de 2004, e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, sobre o valor da dívida, evidente que somente após essas operações ter-se-á o valor atualizado sobre o qual aplicar o percentual de 10% dos honorários advocatícios, de modo que a discussão proposta pela ré/devedora é, com o devido respeito, desprovida de fundamento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A impugnação fica acolhida parcialmente, tão somente para afastar o percentual de 1% (um por cento) dos juros de mora aplicados, cumprindo, pois, reconhecer sua improcedência na quase totalidade, razão pela qual impõe-se à devedora/impugnante o encargo de pagamento de honorários advocatícios em 10% do valor da dívida, atualizada, para esta fase de execução.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente impugnação oposta pela devedora Cosesp Companhia de Seguros do Estado de São Paulo na execução que lhe move a credora/impugnada NEIDE CAMPANERI ROMANO para que sejam os juros de mora contados em 86% (*oitenta e seis por cento*), cumprindo à credora/impugnada refazer sua conta de liquidação, e CONDENO a devedora/impugnante ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da dívida executada, atualizada.

Defiro o imediato levantamento, pela credora/impugnada, do valor incontroverso de R\$ 495.430,95, independentemente do trânsito em julgado da presente decisão.

Expeça-se guia.

P. R. I.

São Carlos, 10 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**